



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE PSICOLOGIA - UAPSI**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O SOFRIMENTO NA UNIVERSIDADE: NÃO ERA  
DEPRESSÃO, ERA INJUSTIÇA SOCIAL**

**ANA ROSA MARIA FELIX DE SOUZA SANTOS**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2020.2e**

**ANA ROSA MARIA FELIX DE SOUZA SANTOS**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O SOFRIMENTO NA UNIVERSIDADE: NÃO ERA  
DEPRESSÃO, ERA INJUSTIÇA SOCIAL**

**Trabalho apresentado no curso de Psicologia da  
Universidade Federal de Campina Grande, em  
cumprimento às exigências para obtenção do título  
de bacharel em Psicologia, sob orientação do Prof.  
Dr. Tiago Iwasawa Neves.**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2020.2e**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial  
“Tereza Brasileiro Silva”- UFCG**

S237c

Santos, Ana Rosa Maria Felix de Souza.

Considerações sobre o sofrimento na universidade: não era depressão, era injustiça social / Ana Rosa Maria Felix de Souza Santos. – Campina Grande, PB: O autor, 2021.

32 f. 21 x 27,9 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Referências.

Orientador: Tiago Iwasawa Neves.

1. Sofrimento na universidade. 2. Neoliberalismo e sofrimento. 3. Violências do capital. 4. Política I. Neves, Tiago Iwasawa. (Orientador). II. Título.

BSTBS/CCBS/UFCG

CDU 159.9 (813.3)

**Responsabilidade técnica de catalogação:**

Jônatas Souza de Abreu, Bibliotecário documentalista, CRB 15-879

**ANA ROSA MARIA FELIX DE SOUZA SANTOS**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O SOFRIMENTO NA UNIVERSIDADE: NÃO ERA  
DEPRESSÃO, ERA INJUSTIÇA SOCIAL**

**APROVADO EM:** \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

**Professor Dr. Tiago Iwasawa Neves**

**Orientador(a)**

**Professora Dra. Maristela de Melo Moraes**

**Examinador(a)**

**Professor(a) Dra. Elvia Lane Araújo do Nascimento**

**Examinador(a)**

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2020.2e**

Dedico este trabalho aos meus ancestrais, a toda a classe trabalhadora, todos aqueles que lutaram um dia. Aos meus avós maternos, Maria (in memoriam) e Manoel (in memoriam), que mesmo distantes foram suporte.

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grata a todos aqueles que com seus pedaços construíram quem sou, minha família. À minha madrinha-tia-mãe, Rejane, que me ensinou as primeiras letras e me presenteou com os primeiros livros. À minha mãe, Rosenilda, pelo cuidado feroz. Aos meus avós Maria (in memoriam) e Manoel (in memoriam) pelo carinho e força pra continuar, gostaria de tê-los aqui.

Sou grata a todos aqueles que passaram por mim e deixaram um pouco de si. A todos os amigos que fiz nesse ciclo, pelos encontros potentes e por trazerem alento nos momentos difíceis. A todos que abriram as portas de suas casas e corações. A Giovanni pelos cafés e conselhos certos. A Juliano pela companhia contínua. Às conversas no leprosário. A Gustavo Ajala e Matheus Vinicius (o grande Malala), pela escuta e apoio constantes, por me fazerem rir quando eu menos imaginaria, pela amizade apesar da distância.

Sou grata a todos os espaços e pessoas que me acolheram. A todos os mestres que carregarei comigo. Especialmente Elvia Lane pela espontaneidade e aulas inspiradoras. Valquiria pelo ensino libertador. A Tiago Iwasawa que, além de um ótimo professor, me fez pensar a docência e a pesquisa de forma diferente. Por sua orientação sempre sábia e paciente, pela autonomia e respeito ao meu tempo. À Maristela que me mostrou que é necessário desterritorializar para ajustar a rota e reterritorializar. Ao NUD pela acolhida e encontros-respiro, por me inspirarem diariamente, por me ajudarem a me encontrar e pelas amizades. Ao NUD e ao Lapso por terem me proporcionado andanças e discussões calorosas que colaboraram com esse trabalho.

Sou grata a todos que me ajudaram a resistir neste espaço árido que é a universidade.

A Olorum, Tupã e Zambi.

“Entre o fundo do poço e a profundidade do  
posso”

(Linn da Quebrada)

## RESUMO

A universidade e suas vivências podem tornar-se um gerador de sofrimento. É possível observar dentro da instituição a existência desse sofrimento que se manifesta através de sintomas como de diversas formas como o absenteísmo, depressão, dependência química, melancolia, fobias, isolamento inibições, angústias, distúrbios de caráter, compulsões à repetição ou outro sintoma criado de acordo com a nossa singularidade. O problema do sofrimento na universidade é ocultado pela lógica imediatista da sociedade capitalista neoliberal. Apesar disso, a discussão sobre saúde mental ganhou espaço e permitiu a existência de pesquisas, elencadas neste trabalho, que apontam a sua incidência. No presente trabalho, nos propomos a investigar a constituição desse problema para entender de que forma isso ressoa nas formas de sofrimento.

Por isso, iremos nos aprofundar nas questões históricas e políticas do fenômeno. Partindo da ideia de que o problema na saúde mental, em si, advém da dialética entre indivíduo-sociedade. Desta forma percebendo que a universidade brasileira é assentada em bases coloniais e neoliberais que apenas se atualizam cotidianamente e que destas bases advém grande parte dos sintomas que, mesmo quando individuais, representam um coletivo. É através do controle e da coerção que o Estado intervém nos corpos de acordo com sua principal necessidade que é manter o status quo de dominação pelo capital. Percebendo de que formas o estado neoliberal interfere na nossa forma de sofrimento e como a desigualdade social interfere no processo de adoecimento dentro da universidade. Fatos que nos apontam a necessidade de fomentar a dimensão crítica em nossa formação.

Palavras-chave: sofrimento na universidade; neoliberalismo e sofrimento; violências do capital; política;



## ABSTRACT

The university and its experiences can become a source of suffering. It is possible to observe within the institution the existence of this suffering that manifests itself through symptoms such as absenteeism, depression, chemical dependency, melancholy, phobias, isolation, inhibitions, anguish, character disorders, repetition compulsions, or any other symptom created accordingly to our singularity. The problem of suffering in the university is hidden by the immediate logic of the neoliberal capitalist society. Thereby, the discussion about mental health has gained space and allowed the existence of researches, listed in this paper, which point to its incidence. In the present work, we propose to investigate the constitution of this problem in order to understand how it resonates in forms of suffering.

Therefore, we will delve into the historical and political issues of the phenomenon. Starting from the idea that the problem in mental health, in itself, comes from the dialectic between individual-society. In this way, we realize that the Brazilian university is based on colonial and neoliberal bases that are only updated on a daily basis, and from these bases come most of the symptoms that, even when individuals, represent a collective. It is through control and coercion that the State intervenes in the bodies according to its main need, which is to maintain the status quo of domination by the capital. Facts that point us to the need to foster the critical dimension in our education.

Key-words: suffering in the university; suffering; neoliberalism and suffering; violences of the capital; politics

## SUMÁRIO

<b>UMA INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>QUE PISTAS SEGUIMOS?</b>	<b>12</b>
<b>O QUE É O SOFRIMENTO?</b>	<b>15</b>
<b>A REPRODUÇÃO DE IDEIAS E A CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES</b>	<b>18</b>
<b>15 ANDARES</b>	<b>22</b>
<b>VIOLÊNCIAS DO CAPITAL</b>	<b>23</b>
<b>O QUE É SOFRER NO BRASIL DO AUTORITARISMO</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>33</b>

## UMA INTRODUÇÃO

A dinâmica de vida proporcionada pela universidade é construída através de desafios para aqueles que se arriscam nesse caminho. Essa experiência costuma trazer consigo inúmeras questões, sendo um período de vida que necessita de adaptações, suscita mudanças pessoais e de rotina, além de inseguranças e sistemas de suporte social frágeis. Um período onde somos afetados não apenas pelas experiências de curso mas também por uma vida pessoal que continua, apesar disso. Xavier et al. (2008, p. 429) observam neste espaço institucional “a produção de situações que ocasionam sofrimento psíquico e que se manifestam de diferentes formas: absenteísmo, depressão, dependência química, melancolia, fobias, isolamento”. Como também a partir de sintomas, inibições, angústias, distúrbios de caráter, compulsões à repetição, são algumas de suas expressões mais frequentes do sofrimento (DUNKER, 2004).

A questão do sofrimento se oculta diante da velocidade da vida na sociedade atual. Das notícias e mensagens em um clique, tudo aparece e some muito rápido, deixando a experiência humana turva pelo véu da velocidade. Diante disso, a saúde mental é colocada em segundo plano. Além das mudanças de vida, na vida universitária existe a carga excessiva de atividades e de competitividade que muitas vezes se tornam uma verdadeira guerra de egos.

Parto de uma caminhada que foi atravessada pelas artimanhas desse sofrimento. Ao sentir na pele o impacto psíquico que a vida universitária pode causar. É por consequência desse atravessamento que proponho a construção de um trabalho de pesquisa bibliográfica partindo da psicanálise como ferramenta para explorar um fenômeno que é social, uma vez que, para a psicanálise, é a partir da entrada no social que o sujeito se constitui. Localizamos nessa gestão generalista, desumanizante e coercitiva que parte dos interesses do capital o germe do nosso problema, logo, é por fazer caminho oposto à essa lógica que a psicanálise se põe enquanto ferramenta. Quando nos permitirmos o descolamento do discurso do mestre, que tudo sabe, utilizado nas instituições para o discurso do analista, com a impossibilidade de tudo saber, somos capazes de perceber e acolher as particularidades de cada vivência. Dessa forma, sendo capazes de nos abrir para novas formas de vida.

É por isso que no caminho que iremos traçar, proponho começarmos pela breve contextualização do problema da saúde mental e a geração de sofrimento, além de apresentar sua incidência na universidade. Minha hipótese é de que este sofrimento é silenciado e normalizado. Além disso, este sofrimento segue a lógica geral da sociedade de nosso tempo,

a vida universitária é um retrato das relações sociais, afetadas e afetando os homens, dessa forma, sendo também resultado do violento processo de colonização do país. Por isso, em seguida realizaremos uma exposição da origem colonizada e de influência neoliberal que marca o projeto das universidades no Brasil, partindo do resgate histórico e observações realizadas por Paulino José Orso (2007).

É considerando a influência histórica desse processo na formação da sociedade brasileira que buscamos entender como ela acontece dentro da instituição universitária. De forma que tais processos sociais estão em constante dialética com a produção de sofrimento. As dinâmicas estabelecidas na universidade se mostram como um reflexo do social, logo, capaz de adoecer. Assim, esse social também segue a lógica diagnóstica de sofrimento vigente que, atualmente, possui os traços do neoliberalismo. Para isso partimos dos apontamentos de autores brasileiros do âmbito da psicanálise, tais como Christian Dunker, Vladimir Safatle e Nelson da Silveira Junior.

Este trabalho tem como intuito entender a condição histórica e sistêmica que permite que o sofrimento na universidade aconteça e se perpetue. Entendendo o peso da colonização na construção deste e de outros sofrimentos que os tensionamentos realizados carregam a preocupação de utilizar em sua maioria autores latinos como forma de seguir em caminho contrário.

## **QUE PISTAS SEGUIMOS?**

A primeira pista que me trouxe até aqui não poderia ser outra senão minha própria experiência, percebendo o quanto me sentia incapaz de alcançar um ideal de produtividade, das inúmeras crises de ansiedade e da dificuldade de resistir em sofrimento dentro deste espaço. Pouco depois, percebi as semelhanças nos discursos dos meus pares. Semelhança maior do que eu poderia imaginar. O sofrimento na universidade acaba por ser normalizado e muitas vezes romantizado a partir das histórias de luta e superação. A universidade é um espaço de encontros. Seja encontros de pares ou encontros de sintomas. Instituição que aglomera os sintomas da própria sociedade.

A saúde mental é um tabu que vem mudando ao longo do tempo. Da mancha errante representada pelos loucos na idade média, passamos pelos encarcerados nos hospícios e chegamos na era das correntes medicamentosas invisíveis. Não se fala sobre o sofrimento mental, é um tabu silencioso. Apesar das mudanças, o estigma que acompanha a loucura afeta como lidamos com o sofrimento, sendo entendido como sinal de fraqueza ou “frescura”,

deslegitimando-o. Entretanto, a saúde mental é algo inerente ao ser humano, “o entendimento sobre como ela é produzida, qual é a sua constituição e o que exprime, implica numa análise radical sobre como tal ser, igualmente, se forja” (COSTA; MENDES, 2020). É a partir de Martin-Baró que Costa e Mendes (2020) apontam a saúde mental enquanto mais do que processos individualizados, apesar de constituídos por fatores orgânicos e psicológicos, enfatizando a questão dialética entre indivíduo-sociedade. Inclusive, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) postula que

“Os determinantes da saúde mental e transtornos mentais incluem não apenas atributos individuais, como a capacidade de administrar os pensamentos, as emoções, os comportamentos e as interações com os outros, mas também os fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais, como as políticas nacionais, a proteção social, padrões de vida, as condições de trabalho e o apoio comunitário. Estresse, genética, nutrição, infecções perinatais e exposição a perigos ambientais também são fatores que contribuem para os transtornos mentais.” (s.d.)

Iniciar um curso de ensino superior significa uma mudança de vida durante os próximos 4 a 5 anos de nossas vidas. Trazendo em si inúmeras situações desestabilizadoras como estresse, insegurança, competitividade e sentimentos de incapacidade, além do impacto na formação do laço social. Entretanto, as pesquisas sobre esse fenômeno são tímidas e acontecem em amostras limitadas. Cerchiari et al. (2005) corrobora que “no Brasil, além da escassez de estudos epidemiológicos sobre a morbidade psiquiátrica em estudantes universitários, há carência de rigor metodológico e estatístico”. Uma vez que, os estudos nacionais publicados no período de 1958 a 2002 levantam dados apenas sobre a demanda de alguns serviços de saúde mental e estudos sobre a incidência de transtornos em pequenas amostras bastante específicas, o que se mantém até hoje.

É no trabalho junto ao Núcleo de Atendimento e Práticas Psicológicas (NAPP) da Universidade Estadual do Ceará que Xavier et al. (2008, p. 446) observam nos sujeitos, estudantes atendidos, absenteísmo laboral, esquemas de inibição, sentimento de desajustamento e insatisfação, pedidos de transferência e abandono do curso, estresse, esgotamento, ansiedade, depressões, depreciação do eu, comportamentos autodestrutivos; co-morbidades com dependência química e outros quadros de doença mental. Até então, apenas em Cerchiari et al. (2005) foi possível encontrar amostragem mais significativa e correlações de variáveis sociais e acadêmicas importantes. É importante ressaltar, que nossas formas de entender esse sofrimento são distintas. Cerchiari et al. (2005) buscam empreender o sofrimento a partir daquilo que entendem enquanto Transtornos Mentais Menores (TMM), terminologia que apreende morbidades psiquiátricas não-psicóticas. Segundo Pasquali et al. (1996) em Cerchiari et al (2005), faz a verificação de que, em geral, há cerca de 10% de

casos psiquiátricos numa população normal. Enquanto que, em comparação, a pesquisa de Cerchiari et al. (2005) encontra uma prevalência de 25% de TMM em sua amostra. Ainda assim, afirma, que esse número é inferior a outros estudos com universitários, os quais chegam a 31% e 39%. Os autores partem pela busca dos seguintes fatores: ausência de saúde mental; estresse psíquico; desejo de morte; desconfiança no desempenho; distúrbios do sono e distúrbios psicossomáticos. Considerando os fatores ausência de saúde mental e estresse psíquico os alunos que ingressaram há um ano possuem um escore significativamente menor que aqueles que ingressaram há mais tempo, esse fenômeno também se manifesta no tocante aos distúrbios psicossomáticos. Enquanto isso, a falta de confiança no desempenho ocorre com estudantes de todos os anos, entretanto os alunos que estão há mais tempo apresentaram escores médios significativamente maiores do que aqueles que estão apenas há um ano ( $p < 0,05$ ). Esse dado permite levantar a hipótese de que a falta de confiança na capacidade de desempenho/auto-eficácia desencadeia tensão ou estresse psíquico; este, por sua vez, se manifesta no corpo (distúrbios psicossomáticos). O que nos leva a refletir sobre o quanto as representações do sofrimento se tornam visíveis com o tempo dentro da universidade. O que faz com que “em geral, na medida em que o acadêmico permanece na universidade há um aumento da tensão ou estresse psíquico, distúrbios psicossomáticos, falta de confiança na capacidade de desempenho e auto-eficácia, indicando assim uma diminuição da saúde mental geral.” (CERCHIARI et al., 2005, p. 4).

Cerchiari et al. (2005) também percebe que a falta de uma atividade remunerada interfere negativamente na saúde mental geral, haja vista que os estudantes que se encontravam nessa situação apresentaram escores significativamente maiores dos apresentados. O que nos permite observar também a importância da segurança financeira e qualidade de vida durante o processo. Entretanto, é importante observar que os extremos da situação não são considerados. Por exemplo, aqueles que trabalham podem também chegar ao sofrimento pela exaustão ou não conseguir realizar as atividades necessárias durante a formação.

Cerchiari et al. (2005), apesar de não ter em sua amostra alunos de psicologia, também aponta que é "interessante notar que a ocorrência de sofrimento psíquico tende a ser maior nos cursos em que o objeto de estudo têm maior subjetividade, em especial quando este objeto é o homem e o seu modo de ser, com toda sua complexidade." (CERCHIARI et al., 2005, p. 6) , enquanto que ciências da computação, curso que se pressupõe menor contato com subjetividade teve os menores índices de sofrimento. Entretanto, a própria racionalidade

utilizada no estudo, racionalidade que persegue “transtornos” através da busca de sintomas isolados em certa população, de certa forma, permite o diagnóstico dessas pessoas sem uma única consulta ao médico e isso também diz algo sobre o funcionamento do fenômeno e como ele seria gerido através desta ótica.

Além disso, em pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em 2018 (p. 199) observamos que 32,4% dos alunos das instituições federais de ensino superior estiveram ou estão em atendimento psicológico (uma diferença de 1,9 p.p em relação a 2014): 13,7% procuraram atendimento psicológico há mais de um ano, 9,0% disseram procurar atendimento no último ano, e 9,7% declararam estar fazendo acompanhamento psicológico. Quando perguntados se já haviam tomado medicação psiquiátrica, 9,8% responderam positivamente e 6,5% estavam tomando no momento da realização da pesquisa. Entre os (as) graduandos (as) que estavam ou estiveram em tratamento psicológico 39,9% fazem/fizeram uso de medicação psiquiátrica. Na outra ponta, ainda que reduzida, mas de forma preocupante, entre estudantes que nunca procuraram acompanhamento psicológico (n=811.688), 1,1% (9.200 estudantes) está tomando medicação psiquiátrica e 3,8% (31.221) já fez uso, mas hoje não o faz mais. A mesma pesquisa fornece também dados sobre as dificuldades que interferem no estudo dos alunos a partir da métrica de intensidade, sendo a falta de disciplina/ hábito de estudo, dificuldade financeira, carga excessiva de trabalho estudantis e problemas emocionais e tempo de deslocamento para universidade os fatores que mais afetam (ANDIFES, 2018, p. 158).

## **O QUE É O SOFRIMENTO?**

A prática da psicanálise pode extrapolar os muros do contexto clínico, essa psicanálise aplicada permite a exploração da cultura, da sociedade e até da arte. Por isso, é capaz de considerar os sujeitos e suas formas de sofrer de forma ampla a partir da dialética entre o social e o individual. O conceito de sofrimento dentro da psicanálise é opaco, visto que muitos autores se retiraram desse terreno definicional pois, segundo Dunker (2015) ele implica entrar no território normativo ou político das patologias do reconhecimento, o que é historicamente lateral na história da psicopatologia psicanalítica. O sofrimento é uma experiência dolorosa individual que revela também a dimensão social que o produz. Em mal-estar, sofrimento e sintoma, Dunker (2015) realiza o empreendimento de entender o

sofrimento enquanto experiência intermediária entre as ideias de mal-estar, sendo essa de teor mais filosófico que o sofrimento em si e não nomeável, e a ideia de sintoma. Segundo ele, o sofrimento possui três estruturas: narrativa, transitivista e de reconhecimento. Dessa forma, o sofrimento ocorre dentro de uma narrativa pessoal, possui eventos marcadores, possui uma história (estrutura narrativa). Como também possui a característica de ser um fenômeno socialmente contagioso (estrutura transitivista) através do reconhecimento do sofrimento do outro, mesmo que esse seja vivenciado de forma diferente (estrutura do reconhecimento). O autor aponta que o sofrimento é sempre estruturado como demanda, daí sua ligação com a lógica transitivista do reconhecimento. Sendo assim, qual é a demanda que engendra o sofrimento do sujeito universitário? É uma demanda única? Coletiva ou individual? É notável que no contexto universitário nos reconhecemos entre nós e muitas vezes formamos laços por conta desse sofrimento em comum. Uma vez que esse sofrimento é enunciado, ele será reconhecido pelos seus pares. O que se oculta nestes enunciados?

É preciso entender o sofrimento enquanto produto da nossa sociedade, de forma que cada sociedade sofre a seu modo. Segundo Dunker (2015, p. 189) as “narrativas de sofrimento são sempre transversais, coligando categorias morais, médicas, econômicas, estéticas, clínicas e psicopatológicas.” Por isso, se faz necessário observar o contexto social e histórico para entender como se constrói e se manifesta cada sofrimento. Dunker, Junior e Safatle apontam que “o neoliberalismo nos levou a sofrer de outra forma, procurando retirar de nosso sofrimento psíquico a consciência potencial da violência social” (2021, p. 36). Ainda segundo Dunker (2015, p.), “o sofrimento é um desejo de que as coisas sejam diferentes”. Dessa forma, é indispensável pensar quais são as características da sociedade brasileira atual que contribuem para tal.

Antes disso, é necessário assinalar a discussão entre o normal e o patológico proposta por Georges Canguilhem para entendermos que o sofrimento vai além das doenças catalogadas pelos manuais. Que o sofrimento pode ser mais do que se encaixar nos requisitos necessários para caracterizar um transtorno. O senso comum nos faz pensar que o normal é estar bem e sem doenças, enquanto o patológico seria o estado de doenças catalogadas, Canguilhem nos mostra que a questão é muito mais profunda. Safatle (2011) aponta que o normal é, usualmente reconhecido, aquilo que está colocado dentro da norma estatística, uma média reconhecida através dos números apresentados pelos indivíduos. Desta forma, o normal caracteriza-se através da estrutura biopolítica adotada que aponta aquilo que está dentro desta norma como aceitável e penaliza o anormal, aquilo que diverge do ponto ideal



desejado. Normal e patológico não são extremos opostos de uma mesma forma de medida. Enquanto isso, segundo Canguilhem (2009), o patológico se ocupa dos fenômenos associados à doença, fenômenos que são desviantes à norma e atrapalham o seu funcionamento vital do corpo. É justamente nessa forma que se enquadram algumas expressões do sofrimento, como fenômenos desviantes que atrapalham o funcionamento do corpo, nesse caso, não apenas do corpo mas de toda uma lógica e funcionamento de vida.

Ao considerar o normal apenas como uma média de comparação, somos capazes de perceber que as formas de existência que fogem a essa norma também são vias possíveis e muitas vezes até mais fecundas, já que abrem possibilidades desconhecidas a serem exploradas. Por exemplo, quando o aluno em sofrimento é capaz de se dar conta disso e procurar ajuda, uma das primeiras atitudes é recorrer ao psiquiatra, em consequência, esse sujeito será medicalizado, diagnosticado e rotulado. Para Canguilhem a doença aparece como um desarranjo nas funções vitais que possibilita que o sujeito se readapte a esse processo, ou seja, como uma experiência capaz de produzir novos arranjos adaptativos através da indeterminação. Esse processo é o que Canguilhem entende como a produção de uma nova normatividade vital.

A vida não seria a mesma sem momentos de sofrimento, como diria Canguilhem, “o normal é poder viver em um meio em que flutuações e acontecimentos são possíveis” (1990 apud CAPONI, 2003 p. 57). Caponi (2003) complementa que o que marca a existência de uma doença são “as dificuldades que o organismo encontra para dar respostas às demandas que seu meio lhe impõe”. Em outras palavras, quando uma dificuldade se apresenta ao sujeito de forma a gerar sofrimento, impossibilitando-o de adaptar-se e continuar significa que temos um problema. Assim, temos uma situação patológica, que foge ao ideal previsto de adaptação do sujeito. O que impede essa adaptação senão as características próprias da sociedade? Estamos diante do fato de que o sujeito universitário não apenas se encontra em uma instituição que é capaz de gerar sofrimento, como também diante de um governo que reforça essa inadaptação do sujeito diante de demandas sociais. Afinal, “é no interior de um meio capaz de garantir uma existência saudável que o indivíduo pode constituir-se como um sujeito capaz de tolerar as infrações e as infidelidades a que estamos expostos” (CAPONI, 2003 p. 64). Entretanto, estamos em um meio social que exige a maximização da produção ao menor custo possível e prega pela sobrevivência do mais forte com a menor intervenção estatal possível. Dessa forma, o sofrimento e a inadaptação seguem causando uma a outra, crescendo como uma bola de neve. É necessário não permitir que um sofrimento que é

sintomático de políticas seja tido enquanto norma aceita e legitimada. “Então a construção de uma sociedade nova ou, pelo menos, melhor e mais justa, não é somente um problema econômico e político; é também, e por princípio, um problema de saúde mental” (Martín-Baró, 1984/2017, p. 267 apud COSTA; Mendes, 2020 p. 5).

## **A REPRODUÇÃO DE IDEIAS E A CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES**

Se é preciso considerar a dimensão social do fenômeno, se faz preciso examinar, em breves linhas, como se deu a gênese de constituição da Universidade brasileira. Primeiramente, é importante lembrar que, a partir do raciocínio de Orso et al. (2007), o homem aparece no mundo como um ser que é produzido a partir das relações que estabelece com seu meio. De forma que conforme conhece e atua sob o mundo o torna produto da natureza. Ação que é recíproca, enquanto as mudanças realizadas no mundo através do trabalho também o transformam e produzem ideias. Dessa forma, tal como as formas de sofrimento, “a educação está marcada pelos contextos sociais, pelas épocas, pelas sociedades, pelas contradições e pelas condições em que ocorre. Assim, só podemos falar de educações” (ORSO et al., 2007. p. 2).

Considerando isso, a educação se faz

“marcada pelos interesses e concepções de mundo comprometidas com uma concepção de sociedade fundada na propriedade privada dos meios de produção e na divisão em classes, desloca-se a educação do conjunto das relações, atribui-se a ela uma espécie de autonomia e independência, como se ela tivesse um poder absoluto e fosse capaz de transformar toda a sociedade.” (ORSO, 2007, p3)

Esta que antes acontecia de forma natural, confundindo-se com a vida, permitia que os conhecimentos fossem socializados e sua relação com a forma de poder surgiu apenas com a necessidade de dominação que adveio do surgimento da propriedade privada. Já a escola, enquanto instituição, surgiu durante o escravismo, já na sociedade de classes que transformou a educação em “educação de classe, voltada para a reprodução dos interesses da classe que detém esses poderes” (ORSO et al., 2007, p. 3), como forma de manter o status quo. Então, se a educação possui ligação tão estreita com os processos de manutenção do poder capitalista, lutar por uma forma diferente de educação também está diretamente ligado à luta pela superação dessa forma de sociedade.

Algumas das mais antigas universidades existem desde o século XI e vemos a expansão em território europeu apenas durante séculos XIII, XIV e XV. Por séculos essas instituições se mantiveram enquanto uma regalia a qual poucas pessoas tinham acesso devido

ao seu alto custo, cujos investimentos chegavam a se equiparar aos dispensados às igrejas. Enquanto no Brasil, as primeiras escolas de ensino superior foram criadas apenas diante da chegada da família real no país e se limitavam a cursos como filosofia e teologia, apenas futuramente oferecendo medicina, direito e engenharia. (MARTINS, 2002). Atuavam enquanto ferramenta de colonização e eram geridas por religiosos.

Apesar de já existirem 26 universidades na América do Sul, no Brasil a criação ocorreu de forma tardia (ORSO, 2020). Inúmeras propostas foram feitas, todas fracassadas. Orso (2020; 2007) aponta o atraso da regulamentação das universidades do país como resultados de embates políticos que giravam em torno da liberdade de ensino, seja pelo caráter medieval das propostas para os positivistas, pela preocupação com o ensino livre de clara proposição neoliberal ou até mesmo pelos religiosos.

Segundo Martins (2002), o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu (em 1931) ampla reforma educacional, que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos (primeiro Ministro da Educação do país), autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades, inclusive a cobrança de anuidade, uma vez que o ensino público não era gratuito. O que permitiu o surgimento da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, que, como aponta Orso (2020, p. 7) nascia de um ideal patriota e que tinha como maior interesse evitar que o Brasil se tornasse um país comunista. A primeira universidade do Brasil foi instituída para “salvar o Brasil da anarquia” e livrar o país da “propaganda comunista” (CAPELATO, 1980 apud ORSO, 2020, p.7). Muito se falava também sobre a necessidade de um ensino livre e formador da elite intelectual para o desenvolvimento do país. Seu projeto inicial possui íntima ligação com a elite paulistana, incluindo o grupo a frente do jornal O Estado de São Paulo, sendo seus principais idealizadores Júlio de Mesquita Filho (secretário do jornal, redator e militante das ligas nacionalistas), Armando de Salles Oliveira (um dos diretores da Sociedade Anônima desde 1914, ao lado de Júlio de Mesquita) e Fernando de Azevedo (sociólogo e redator entre 1923 e 1926). Além de ter sido criada para capacitar as elites intelectuais, de acordo com Silva (2015), seu projeto também revela as suas alianças eugenistas. A autora aponta o fato de que a São Paulo do séc. XX foi “berço do movimento eugênico nacional” e seus intelectuais receptivos a essas ideias, investigando as ligações racistas no projeto de criação da USP. Fato importante considerando a influência da USP até os dias atuais.

A universidade no Brasil passou por várias reformas, de forma a se adaptar às mudanças de política interna e à evolução das formas do capitalismo, mantendo o seu ideal liberal e intuito de formar as elites intelectuais, apesar das reivindicações do corpo estudantil.

Uma delas, a reforma de 1968, aconteceu em pleno contexto da Ditadura Militar no Brasil, apesar de já ser almejada muito antes disso, diante do contexto de crise da época (ANTUNES et al., 2011). Ainda segundo Antunes et al. (2011), foram realizadas mudanças na estrutura administrativa e política, isso aliado aos atos institucionais repressivos e o silenciamento da mobilização estudantil. Segundo Orso et. al (2002) a ideia de um modelo de universidade integrada, orgânica, funcional, racional e enxuta visava não apenas antepor às reivindicações dos movimentos estudantis como também silenciá-los, eliminando os espaços de integração e debate. Nessa época, a formação já possuía caráter profissionalizante.

Foi só na Constituição Federal de 1988 (artigo 206, IV) que se estabeleceu a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais financiados com recursos públicos, vetando qualquer tipo de cobrança pelo estudo oferecido. Entretanto, Martins aponta que em 1990 “tanto no setor privado, quanto no público, a proporção de estudantes oriundos de famílias com renda acima de 10 salários mínimos ultrapassa os 60%,”. Toda a estrutura da universidade foi construída de acordo com aqueles a quem se destinava, o que fez com que a permanência das minorias populares fosse um trabalho exaustivo. Nos anos 2000 pela primeira vez muitas pessoas puderam passar além das portas das universidades e adentrar em salas de aula através do surgimento de políticas públicas que visavam ampliar o acesso ao ensino superior como as cotas que garantem parte das vagas para estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas (PPI) e pessoas com deficiência (PcD) ou como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) do Ministério da Educação (MEC) que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior.

Apesar da criação das políticas públicas que garantem o acesso, há pouco para garantir a permanência. Atualmente são ofertados auxílios para permanência ou moradia para alunos em situação de vulnerabilidade social, entretanto, estes se mostram insuficientes diante das exigências do capital e da frágil política nacional. É importante considerar a carga de atividades e compromissos que são necessários para uma formação de qualidade. Essas desigualdades sociais apresentadas no caminho se tornam fatores decisivos para a permanência ou desistência. Os alunos oriundos da rede pública e de classe fragilizada se deparam com a cobrança por conhecimento pré-existente, o valor dos materiais e tempo que deveria ser destinado à formação, a impossibilidade de dar conta dessas demandas se mostra como um dos meios de produzir sofrimento. Desigualdade que é corroborado pelo fato de que, apesar das iniciativas, 36% dos alunos das instituições superiores da rede pública se

encontram entre os 10% mais ricos da população brasileira, dados do ano de 2001 coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (ORSO, 2020).

As informações referentes à rede de ensino superior privada e pública brasileira foram medidas pelo Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no ano de 2018 e mostram que o número de novas matrículas efetuadas em cursos do ensino superior foi de 8.450.755, o número de matrículas trancadas neste mesmo ano foi de 1.290.017 e o de matrículas desvinculadas foi 2.187.411, enquanto que o número de alunos concluintes é significativamente inferior, sendo 1.264.288 concluintes. Obviamente são números maiores que os encontrados nos dez anos anteriores, considerando o aumento do número de novas vagas ofertadas. Vemos a partir destes números que as vagas ofertadas e matrículas seguem crescendo nas instituições públicas e privadas de ensino brasileiras, entretanto, o número de concluintes não apresenta aumento tão significativo. Por que tantos desistem? Senão por um processo perverso de forclusão, onde, apesar de incluídos na dinâmica, a classe popular se encontra fora da estrutura. As universidades sempre foram masculinas, brancas e ricas. Da mesma forma que a classe dominante formada por donos de grandes terras e/ou comércios se sentia incomodada ao ver “pardos” tendo acesso às escolas de ensino superior jesuítas do séc. XIX (FLORES, 2017).

Tal como a USP, a história das instituições brasileiras carrega em seu bojo a luta de classes caracterizada pela dominação da classe burguesa, que por sua vez é expressa pelo processo de colonização do brasileiro. Para Costa e Mendes (2020) “falar e abordar a saúde mental no Brasil significa considerar a nossa constituição colonizada”. Os autores inclinam-se sobre o pensamento de Martin-Baró e Frantz Fanon e apontam como o processo de violência colonizadora é gerador de sofrimento, destacando o processo da negação e recusa do próprio sujeito colonizado diante do ideal do eu do homem branco colonizador. De forma que o brasileiro ao invés da soma de raças, é a subtração. “É um ninguém que nasce da ningüendade e, a partir disso, se vê e busca ser algo” (COSTA; MENDES, 2020 p.2). Conflito que faz parte da cronificação do processo de sofrimento do sujeito colonizado. Essas características da sociedade brasileira se expressam visivelmente dentro da estrutura e das relações feitas pelo laço da universidade, visto que esta ressalta as desigualdades existentes.

## 15 ANDARES

Recife - PE, outubro de 2019.

Rios, pontes e overdrives. Uma das tantas singulares experiências que a prática universitária me proporcionou ao longo dos anos foi a possibilidade de conhecer outros lugares. Tive poucas oportunidades de conhecer lugares que não os arredores da minha cidade natal. Por fim, cheguei no epicentro do caos do nordeste disposta a entender um pouco da dinâmica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em dois dias. Em pouco difere de outras universidades federais, talvez um pouco menos verde e prédios pouco diferentes dos que já habitavam na memória. Um deles, de certa simplicidade modernista, nos chamou atenção, tinha quinze andares e todos gradeados. Não me recordo de quem resolveu o mistério desse prédio. Suicídio.

O edifício era o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE e diz-se que muitos contaram seus quinze andares a fim de saltar para a morte. Não é possível calcular quantas vezes isso aconteceu, uma vez que das fontes oficiais temos apenas o silêncio. Apenas a memória dos que frequentam o CFCH pode nos contar essa história.

A motivação que impede que a documentação destes suicídios venha a público é a tentativa de escapar de sua emulação, nesse caso, ou daquilo que podemos apontar enquanto a dimensão transativista do sofrimento apontado por Dunker. O fenômeno de repetição do ato suicida é conhecido enquanto Efeito Werther, sendo assim nomeado a partir do livro *Os Sofrimentos do Jovem Werther* escrito pelo alemão Johann Wolfgang von Goethe. O marcante romance é constituído por cartas escritas pelo jovem e tem como final a sua passagem ao ato. Depois de seu lançamento em 1744 muitos suicídios lhe foram atribuídos como forma de repetição. Aqui todos os marcadores da estrutura do sofrimento outrora apontados por Dunker fazem laço.

Jacques-Alain Miller (2014) aponta que o ato tem sempre o lugar de um dizer. Explorando a dimensão de cada mensagem, o que quer dizer o lugar escolhido para uma passagem ao ato? Por que escolher a universidade? Senão por que “no cerne de todo ato há um ‘não’ proferido em direção ao Outro” (MILLER, 2014. p. 7). Escolher a universidade para dar fim a minha vida quer dizer que esse espaço me faz sofrer tanto que desejo endereçar-lhe essa mensagem. “Em um ser desumanizado e tolhido de ser tudo aquilo que poderia ser, a subjetividade e o corpo gritam.”(COSTA; MENDES, 2020 p.4)

O que há de tão insuportável entre tais sujeitos e a universidade que se faz necessário chegar à forma máxima de transgressão abrindo mão do próprio Eu? O que há de mais errado na universidade senão a estrutura a qual se submete?

## **VIOLÊNCIAS DO CAPITAL**

A produção de sofrimento na universidade aparece enquanto sintoma no corpo social das práticas coercitivas exercidas pelo capital. A universidade está doente de capital, este que violenta nossos corpos dentro e fora dela. A violência, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Segundo Martín-Baró (1985/1996, apud ARENSBURG, 2018, p.146), a violência é “uma noção que indica a força que tira alguém ou algo de seu estado, situação ou modo natural”.

Svenska Arensburg (2018) fala sobre as violências silenciosas exercidas na sociedade neoliberal, as violências sociais. A partir de um panorama histórico que constitui como lidamos com a violência atualmente. Partindo de Totem e Tabu de Freud, ao estabelecimento da propriedade privada de Locke e o pacto social mediante o qual cedemos nossos direitos individuais em troca da proteção que o estado nos oferece de Hobbes. Segundo Arensburg, (2018, p. 150) “sob o amparo do Estado de Direito, far-se-á a distinção entre uma violência legítima, exercida pelo Estado e uma violência ilegal que deve ser perseguida, expulsa e determinada, e que será particularmente entendida como violência física que atenta contra a paz social, a convivência e o contrato”. Dessa forma, percebe-se que o Estado retém o controle da violência, utilizando-a como meio de dominação em defesa da estrutura social hegemônica. Seja ela sistêmica ou simbólica, é perdida de vista através da naturalização, invisibilização e banalização. Finalmente, Arensburg (2018, p.159) aponta que “não podemos esquecer que as formas do conhecimento psi que objetivam e classificam os sujeitos, patologizando-os, vitimizando-os etc., operam subordinando o sujeito ao discurso hegemônico”. Tal fala nos convoca a lembrar dos compromissos éticos e sociais que estão vinculados à profissão, além da importância de uma formação crítica que nos capacite para lidar com o fenômeno.

Essa violência do Estado, legitimada e silenciosa é executada muitas vezes através da biopolítica. Violentando corpos silenciosamente enquanto medicaliza vivências cotidianas para adequar os corpos às exigências do sistema. Mas de qual Estado falamos? A quem somos forçados a adequar nossos corpos? O capitalismo precisa se reciclar para sobreviver, passando do capitalismo industrial, liberal e hoje neoliberal. Um Estado neoliberal que, segundo Dunker, Junior e Safatle (2021), não apenas gere, mas também gesta esse sofrimento. Dessa forma, o Estado silenciosamente, através de políticas e verbas, manipula a forma como vemos, entendemos e reagimos diante de cada sofrimento, em sua gramática. Ou seja, o Estado influencia diretamente naquilo que chamamos de “diagnóstica”.

Nesse sentido, “seria preciso chamar de ‘diagnóstica’ essa expansão dos atos, raciocínios e estratégias de inserção política, clínica e social do diagnóstico, e sua consequente ‘força de lei’, capaz de gerar coações, interdições, tratamentos e que tais” (DUNKER, 2014, p.17). Assim sendo, a diagnóstica opera de forma a determinar quais comportamentos são normais e quais são patológicos e devem ser eliminados e de que forma. Dunker (2014, p.17) complementa que “uma diagnóstica é composta pelos efeitos, pelos sentidos e pelas ‘re-designações’ que um diagnóstico pode ter para um sujeito ou para uma comunidade diante do aspecto social de sua patologia.”. Bem como, afirma Caponi (2003, p. 60), quando diz que “o certo é que aceitar um determinado conceito ou ideia de saúde implica escolher certas intervenções efetivas sobre o corpo e a vida dos sujeitos individuais”. Desse modo, no intuito de manter a normatividade vigente o Estado impulsiona certas formas de enxergar os sujeitos em detrimento de outras. “Controlar a gramática do sofrimento é um dos eixos fundamentais do poder” (DUNKER et al., 2021).

Em parte de sua obra, Michel Foucault examina as formas de concepção do homem em suas formas de sociedade e percebe que na sociedade moderna, este é visto muito mais como objeto. A manutenção da sociedade moderna precisa do homem-objeto. Homem enquanto engrenagem. Homem enquanto aquilo que pode ser controlado. Homem sem humanidade. Assim as instituições se consagram, através do controle exercido nesse homem-objeto. Instituições como a igreja, o hospital, o quartel e a escola ou universidade. Elas aparecem como uma forma de assistência aos seus cidadãos e através da proteção inserem cuidadosamente os mecanismos de controle exercidos através de tecnologias políticas que garantem o sentimento de punição imanente. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2014) aborda as formas sobre como são constituídos os saberes e como nós somos constituídos através destes. Dando ênfase ao grande fio condutor da era moderna, o poder, e as formas



como este evoluiu e se transformou até ser o poder na forma como conhecemos hoje. Passando por um poder clerical, depois por um poder disciplinar que se aplica em uma sociedade estatal. A sociedade é cada vez maior e impessoal e nossas formas de criar e estabelecer laços, inclusive com o poder, seguem em mudança. Com o avanço das tecnologias de controle e docilização dos corpos, chegamos a uma educação cada vez menos plural e cada vez mais normatizada e normatizadora, anulando as potencialidades de criação de cada sujeito com uma educação que modela de acordo com a racionalidade vigente sem enfrentar dificuldades. Esse processo camaleônico pelo qual o poder passou desemboca na atualidade do biopoder que surgiu da incapacidade do poder de abarcar tantos e tornou esses tantos em um único corpo social.

Segundo Foucault (1994, apud CAPONI, 2009, p. 532) a biopolítica da população iniciada no século XVIII foi a estratégia que possibilitou que, pela primeira vez na história, o biológico ingressasse no registro da política. Quando os corpos individuais são vistos apenas por aquilo que eles têm de comum, a vida, e considerados como um só. Agora o poder é exercido sobre e a partir de suas características biológicas. Para exercer esse poder é preciso considerar aquilo que o autor chama de norma, modelo perfeito e ideal a ser alcançado. Para controlar, a biopolítica diagnostica, trata, medicaliza e uniformiza o sofrimento que é tão múltiplo. Segundo Caponi (2009, p. 530), “essas classificações, relacionadas prioritariamente a comportamentos socialmente indesejados, permitem que quase todos os nossos sofrimentos e condutas sejam redefinidos em termos médicos”. Isso leva muitos a entenderem situações de sofrimento perfeitamente naturais enquanto enfermidades, principalmente quando o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) passa a reconhecer dessa forma. Em nosso recorte específico do contexto universitário, isso nos leva a questionar se os fenômenos de sofrimento vivenciados no seu percurso são realmente transtornos e que precisam ser medicalizados ou vivências que podem ser ressignificadas.

Nosso problema se estabelece a partir dessa concepção de homem que não abarca o sujeito individual, com a negação daquilo que há de verdadeiramente humano, com a negação da pluralidade e da diferença. O controle incessante nega as possibilidades de construção e expressão desse sujeito. É através de suas críticas que Foucault coloca em cheque qualquer forma de totalização, ou formas de normatização, como diria Canguilhem. Inclusive, os autores Safatle, Dunker e Junior (2021) apontam o lançamento do DSM-III, que coincide com a ascensão do neoliberalismo, enquanto marco de uma “uma ruptura profunda com uma gramática social do sofrimento que, até então, dava paulatinamente espaço à consciência da

dimensão conflitual dos processos de socialização próprios à sociedade capitalista”. É entendendo que “a disciplina neoliberal deve anular tal dimensão de revolta que se exprime no sofrimento psíquico” (DUNKER; JUNIOR; SAFATLE, 2021, p. 26), que a racionalidade diagnóstica neoliberal se utiliza de ferramentas biopolíticas. Caponi (2009) aponta em, Biopolítica e medicalização dos anormais, a instauração do encontro entre a psiquiatria e as políticas de controle do biológico através da teoria de degenerescência de Morel no séc. XIX. Configuração epistemológica do saber psiquiátrico que, com algumas diferenças, ainda se mantém até hoje. A teoria da degenerescência marca a chegada de uma nova forma de classificar os desvios à norma e as anomalias, conseqüentemente, um novo modo de intervenção sobre os indivíduos. Partindo de um conjunto de comportamentos desviantes dos valores e normas da sociedade Europeia do séc. XIX e de características físicas enquanto desvio da frequência estatística desejada que foram consideradas como desvio patológico da normalidade. O que permitiu a criação de categorias clínicas que abrangem tais comportamentos desviantes como alcoolismo e cleptomania. Como também, realizam estudos no tocante a degeneração dos povos e raças, revelando assim seu caráter eugenista. Segundo Foucault (1999, p. 150 apud CAPONI p. 540), “tudo o que é desordem, indisciplina, agitação, indocilidade, caráter reativo, falta de afeto, etc., tudo, daqui em diante, poderá ser psiquiatrizado”.

“Desse modo, tanto os indivíduos anormais e suas famílias, quanto às classes populares ou as diversas raças consideradas como desvio do tipo originário, podiam passar a ser objeto de estratégias de controle mais ou menos semelhantes” (CAPONI p. 541), essas que com o passar do tempo e avanços científicos apenas se tornaram mais sofisticadas. Dessa forma, o DSM-III representa apenas a mais nova evolução dessa ferramenta de categorizar vivências não necessariamente patológicas mas que fogem à norma exigida pela sociedade atual. Enquanto isso, como forma de tratar esses desvios e anular a dimensão de revolta que passamos a medicalização do sujeito. Não apenas mera medicação que faz deles uma preocupação médica a ser tratada por medicamentos, mas sim medicalizando e empreendendo “uma racionalidade determinista que desconsidera a complexidade da vida humana, reduzindo-a a questões de cunho individual, seja em seu aspecto orgânico, psíquico, ou em uma leitura restrita e naturalizada dos aspectos sociais” (Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, 2015). A forma atual de legitimar os sofrimentos é recorrer à ajuda profissional médica que pode ter conseqüências negativas para o sujeito, como demonstra Whitaker (2017) ao relatar as histórias de pacientes que foram medicalizados e

diagnosticados em excesso quando um acompanhamento terapêutico seria mais efetivo. O autor problematiza o crescimento vertiginoso dos diagnósticos em saúde mental nos Estados Unidos e, conseqüentemente, o aumento do uso de drogas psiquiátricas. Em tempos onde a indústria farmacêutica tem ganhos vertiginosos e serve ora como tecnologia que intervém sobre comportamentos desviantes ora como potencializador dos efeitos produtivos. Percebemos que a simples medicamentação do tratamento facilmente desemboca na medicalização dos sujeitos. Dessa forma, a medicalização do sofrimento atua como silenciador dos sintomas por trás desse sofrimento para que o sujeito seja capaz de atender a demanda de produção esperada, o que Dunker, Junior e Safatle (2021) chamam de extração de mais-valor comportamental. Falar em extração de mais-valor presume o diálogo sobre trabalho, mas por que trabalho se estamos falando de estudos? Entretanto, se o trabalho é aquilo que necessita de um raciocínio e planejamento prévios para a produção de algo, como aponta Lessa à partir de Lukács (LESSA, 2016), podemos perceber que as atividades realizadas na universidade também são uma forma de trabalho, mesmo que não remunerado. Por exemplo, nos empenhamos mentalmente para aprender algo e assim poder colocar esse aprendizado em prática, isso não pode ser outra coisa senão trabalho. Por isso, muitos dos fenômenos que afligem o estudante se fundem com as questões do mundo de trabalho.

Entretanto, Dunker, Junior e Safatle (2021) mostram como o processo de medicalização vem mudando gradualmente de acordo com as adaptações neoliberais promovidas pelas mudanças necessárias que o capitalismo impõe para sua manutenção. Onde a adequação das normas sociais dá lugar a autossuperação dos sujeitos. As normas sociais se dissolvem diante da utilidade dos trabalhadores no mercado e a medicalização assume a busca pelo bem-estar e aprimoramento. É sob esta premissa que a medicalização se atualiza nas universidades, aprimorar a produção para garantir melhores notas ou conseguir manter trabalho e estudos, além da já exposta docilização dos corpos. Isso vai desde o uso indiscriminado de antidepressivos ao uso de medicamentos estimulantes, usualmente utilizados em crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), ambos sem o acompanhamento médico necessário e muitas vezes adquiridos de forma ilegal. Agora estamos, cada vez mais, diante de “uma vida que deve ser apreendida, dirigida e avaliada como se faz com uma empresa.”(DUNKER; JUNIOR; SAFATLE, 2021, p. 7) Essa forma de gestão da sociedade compreendida por teóricos como Frederick Hayek, Milton Friedman, Gary Becker e Ludwig von Mises tem como ideal a defesa pela liberdade aliada ao pleno funcionamento do mercado. Entretanto, não há coesão teórica sequer quanto à

liberdade tão primordial, como examinam Dunker; Junior e Safatle (2021). “Na verdade, o que o neoliberalismo pregava eram intervenções diretas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos.” (DUNKER; JUNIOR; SAFATLE, 2021, p. 18). É diante dessa mudança nas estruturas psíquicas que temos certos padrões e desejos internalizados. Somos levados a desejar a máxima produtividade, entretanto, diante da precarização das universidades, da desigualdade social e até, muitas vezes, da necessidade de nos mantermos vivos, que por si só já causa sofrimento, nos vemos diante da impossibilidade de alcançar esse ideal do Eu. É preciso ter um bom rendimento nas disciplinas, publicar trabalhos, ir a eventos, ter uma vida pessoal e ainda trabalhar o suficiente para bancar isso. Se torna quase impossível cumprir todas essas exigências ao mesmo tempo e a tentativa de realizar isso certamente pesa bastante para qualquer pessoa. Talvez seja esse super-homem que Nietzsche tanto procurou. Por si só, buscar o ensino superior já faz parte do projeto de especialização e melhoramento da lógica neoliberal. O sujeito caracterizado enquanto “capital humano” passa por um processo de autovalorização através da educação, tal como o juro valoriza o capital (DUNKER; JUNIOR; SAFATLE, 2021). Ademais, se para alcançar os ideais do neoliberalismo se faz necessário a despolitização da sociedade a universidade crítica se faz enquanto um empecilho para sua concretização, não havendo interesse do Estado em mantê-la. Dessa forma, o sofrimento aparece enquanto arma de docilização que permite que os docentes alcancem cada vez menos teor crítico e pessoal em nossa formação. Assim, o indivíduo é confrontado a uma patologia da insuficiência e da disfuncionalidade da ação, em vez de uma doença da proibição e da lei (DUNKER; JUNIOR; SAFATLE, 2021, p. 34).

Questionar a diagnóstica utilizada nos serve de ponte para entendermos que a diagnóstica vigente não dá conta dos problemas postos, ela os mantém e cronifica, anulando o potencial de questionamento e mudança contido em uma educação crítica. É preciso tensionar diálogos sobre a forma como entendemos o sujeito e seu sofrimento para podermos propor uma forma de cuidado adequada e funcional. Uma forma de cuidado que não permita que o Estado nos violente cotidianamente. Dessa forma, os universitários já inseridos nessa lógica podem ser motor para essa mudança. Ao nos inserirmos na instituição, somos capazes de realizar tensionamentos e mudanças na forma como as relações são estabelecidas, como também permitir que a nossa realidade possua representação na produção de conhecimento. Dessa forma, permitindo que ações efetivas sejam realizadas, um exemplo disso é a recente valorização do conhecimento interseccional, negro e ancestral. O que permitiria a mudança gradual dentro da universidade e a tornaria feita por e para todos aqueles a quem se destina.

Ainda assim é responsabilidade do Estado, permitir que esse não seja um trabalho tão exaustivo para o qual precisamos dedicar nossas vidas e saúde mental integralmente.

## **O QUE É SOFRER NO BRASIL DO AUTORITARISMO**

Em mal-estar, sofrimento e sintoma, Dunker faz apontamentos sobre produções específicas da sociedade brasileira e traz como exemplo a sociedade entre muros do condomínio e sua forma de gestão. Dentre elas, aponta a existência da narrativa do sujeito batalhador, ícone da ascensão social surgido no Brasil pós-inflacionário. O batalhador é o sujeito do confronto cotidiano com a vida que “possui elevado senso de sacrifício para a projeção dos filhos e para a ascensão social, condição necessária para a disciplina de poupança e de economia integrada a uma visão negocial da vida capaz de gerar um permanente sentido de orientação para o futuro.” (DUNKER, p. 61). O batalhador é a exceção à regra da exclusão que ascendeu às suas próprias custas mas o neoliberalismo o coloca como regra da possibilidade de ascensão e meritocracia. Foi instituído no inconsciente que é necessário aguentar o sofrimento em silêncio para ver um futuro melhor. Através da ampliação das vagas e criação das políticas de cotas nas universidades, foi permitido que o batalhador ou seus filhos pensassem no estudo como forma de melhorar a vida.

A classe trabalhadora continuou adentrando nos espaços da classe média. O que foi um dos pontos influenciadores da onda conservadora em que o país vem sendo destruído. Afinal, pode ser perigoso para o Estado permitir o acesso da classe trabalhadora a alguns espaços, como a própria universidade. “Os governos à esquerda, que dominaram a cena política sul-americana, começaram a declinar nos anos 2010 pela corrupção e também como consequência de rupturas com o status quo social, econômico e cultural por meio de políticas inclusivas e de diversidade.” (ALMEIDA, p. 186). Tal fato foi apenas o início da onda conservadora que assola o país.

Tal contexto certamente tem uma produção social de subjetividades específica, arrisco dizer que uma delas é a transformação do sujeito trabalhador e seus filhos, os mesmos que tiveram a ousadia de sonhar com uma vida melhor através dos estudos ou do trabalho duro agora encontram mais entraves ainda diante de postos de trabalho e educação em precarização. A subjetividade de toda uma geração da classe trabalhadora foi forjada diante da ideia de melhorar de vida através do estudo universitário, o que significa que toda uma geração se encontra diante da frustração do Ideal do Eu e do desamparo causado pela

necessidade de se adequar a isso. Muitos dos que cresceram com a ideia de que o estudo universitário seria a saída do interior ou das comunidades lidam com a frustração de seus planos e a desvalorização dos diplomas.

“No temor de ser confundida com os novos batalhadores” (DUNKER, p.62) a classe média impulsiona as políticas conservadoras de cunho economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante (ALMEIDA, p.185). Além de culminar na eleição do atual presidente Jair Bolsonaro. Em conformidade, foi se estabelecendo o desmonte das políticas públicas sociais, de saúde e educação que atingiam positivamente a camada popular.

De súbito, surge a pandemia do COVID-19 enquanto crise sanitária e humanitária mundial. Atingindo de forma brutal o Brasil que soma, até então, quase 565 mil mortes (Ministério da Saúde - Governo Federal do Brasil). Número que poderia ser significativamente menor não fossem as políticas de (des)controle utilizadas. A incapacidade de gestão da crise e posicionamentos presidenciais colocam em cheque a importância e eficácia da ciência, além de desvalorizar o trabalho dos pesquisadores que incansavelmente vem trabalhando para garantir soluções funcionais e baratas para agilizar e melhorar o tratamento dos pacientes afetados. Além disso, segundo Costa e Mendes (p. 211), “o impacto da pandemia tende a ser mais expressivo em países de baixa renda e, neles, nos grupos populacionais mais subalternizados. A probabilidade de morte decorrente da COVID-19 aumenta com o aumento da pobreza”, o que contribui para um aumento de desigualdades já em andamento. Se considerarmos que “a materialização da questão social nas singularidades dos indivíduos é mediada pelas particularidades que cimentam a vida social, como os antagonismos de classe, raça, etnia e gênero” (COSTA E MENDES, p.212), podemos perceber que a parcela mais afetada pela pandemia é também a parcela mais afetada pelas desigualdades dentro da universidade, multiplicando as questões diante do acesso e permanência. Um exemplo disso é a evasão das universidades durante a pandemia. Segundo pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO em parceria com o Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE que avalia os impactos do COVID-19 para os jovens (CONJUVE, et al., 2021, p.56). Na pesquisa a desistência ou trancamento da universidade se apresenta como um destes impactos. Dessa forma, 21% desses jovens o fizeram devido à necessidade de trabalhar, enquanto 14% não conseguiu se organizar com o ensino remoto e 10% diz não estar aprendendo. Além disso, 10% destes tiveram problemas de saúde e 9% não conseguiram conciliar estudo e trabalho. É preciso considerar que o ensino remoto vem sendo realizado nas universidades como forma

de manter o funcionamento e coloca para os alunos a necessidade de continuar produzindo mesmo enquanto tudo colapsa, gerando auto cobrança, estresse, falta de motivação e cansaço. Tudo isso, enquanto a universidade remota se funde com a nossa casa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste trabalho nos deparamos com o sofrimento dentro da universidade que é causado ou agravado pelo contexto social e a desigualdade que aparece como resquício da colonização do povo brasileiro. Colonização que, por sua vez, deriva da busca desenfreada de acumulação de capital pelos países de primeiro mundo às custas da exploração dos demais. Procuramos demonstrar como essas violências atuam na construção subjetiva do sujeito e aparecem cronificadas dentro da instituição universitária, essa que enquanto espaço formador dos sujeitos necessita de profundas reformas para não mais reproduzir tais violências e permitir, ou mesmo ser ferramenta para, a construção de uma nova sociedade.

O absenteísmo, ansiedade ou qualquer outro sintoma denunciam problemas que advém da dessa lógica capitalista que violenta silenciosamente através da coerção e docilização dos corpos. Esses que são habilmente usados na universidade como forma de reduzir a dimensão crítica da formação, uniformizando e tecnicando o conhecimento.

O sucateamento das políticas democráticas representam a guinada do processo de retomada do capital que outrora fora distribuído. Cabe a nós da classe trabalhadora, mais uma vez, resistirmos ao genocídio do nosso povo e transformar nossa realidade. Entretanto, apesar do enorme retrocesso que enfrentamos atualmente, várias forças emergem como forma de resistência. Como, por exemplo, a maior visibilidade e possibilidade de debate de temas como a questão racial, os saberes populares e a importância dos povos originários. Isso representa que, apesar da dificuldade em adentrar e se manter nesses espaços, algum saber já vem sendo construído junto do povo. Processo que vem acontecendo a partir do resgate de saberes e práticas das quais fomos espoliadas e alienadas como caminho para a construção de suporte reflexivo, crítico e plural sobre nós.

O sofrimento na universidade, as desigualdades sociais e o caos do gerenciamento do covid-19 apontam não apenas mais uma crise do capitalismo, mas o fracasso de uma visão e forma de ordenação do mundo. Como apontam Costa e Mendes (2020) é importante ressaltar que o psicólogo em si não é capaz de transformar nossa realidade sozinho. Por isso, é evidente a necessidade de um trabalho psi compromissado com a realidade e que possa proporcionar o acesso a um espaço de cuidado que não reproduza as mesmas violências que a

estrutura social mas que nos ajude a lidar com elas. Não podemos transformar a realidade sozinhos porque esse é um trabalho coletivo, mas podemos fazer algo por isso, podemos tensionar debates, apontar equívocos e erros. Principalmente, podemos promover espaços de cuidado que sejam anticapitalistas, antirracistas, antipatriarcais e antilgbtfóbicas para que a partir do afeto essas discussões se tornem políticas cada vez mais populares. Que o afeto nos afete.



## REFERÊNCIAS

ANDIFES / FONAPRACE. V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. 2018.

Disponível em:

<<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

ANTUNES, Isa Cristina Barbosa; SILVA, Rafael Oliveira da; BANDEIRA, Tainá da Silva. **A Reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de Ensino Superior.**

In: Anais da Semana de Humanidades. Rio Grande do Norte: UFRN, 2011. Disponível em:

<<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%C1RIA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%C7%D5ES%20NAS%20INSTITUI%C7%D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2021.

ARENSBURG, Svenksa. **Violências silenciosas:** apontamentos para uma discussão contemporânea. In: PÁVON-CUELLAR, David; JUNIOR, Nadir Lara (org.). **Psicanálise e Marxismo:** as violências em tempos de capitalismo. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

CAPONI, Sandra. **A saúde como Abertura ao Risco.** In: CZERESNIA, Dina (org.).

Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendência. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 55-77.

CAPONI, Sandra. **Biopolítica e medicalização dos anormais.** In: Physis: Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 2009. p. 529-548

CERCHIARI, Ednéia Albino Nunes; CAETANO, Dorgival; FACCENDA, Odival.

**Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários.** Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 10, n. 3, p. 413-420, Dec. 2005. Disponível em: <

<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000300010>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

CONJUVE; Fundação Roberto Marinho; Rede Conhecimento Social; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); Em Movimento; Visão Mundial; Mapa Educação; Porvir. **Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus** – 2ª edição. 2021. Disponível em:

<[https://mk0atlasdasjuve5w21n.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2\\_Relatorio\\_Nacional\\_20210702.pdf](https://mk0atlasdasjuve5w21n.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210702.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2021.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. **Saúde Mental em tempos de crise e pandemia:** Um diálogo com Martín-Baró. Disponível em:

<[https://www.academia.edu/42682218/Saúde\\_mental\\_em\\_tempos\\_de\\_crise\\_e\\_pandemia\\_um\\_diálogo\\_com\\_Martín\\_Baró](https://www.academia.edu/42682218/Saúde_mental_em_tempos_de_crise_e_pandemia_um_diálogo_com_Martín_Baró)> Acesso em: 22 de jun. 2021.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. **Colonização, Guerra e Saúde Mental:** Fanon, Martín-Baró e as Implicações para a Psicologia Brasileira. Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]. 2020, v. 36, n. spe. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe14>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. **PANDEMIA, QUESTÃO SOCIAL E AS IMPLICAÇÕES À PSICOLOGIA BRASILEIRA.** In: Psicologia clínica e

cultura contemporânea. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/351660470\\_Pandemia\\_questao\\_social\\_e\\_as\\_impli\\_cacoes\\_a\\_psicologia\\_brasileira](https://www.researchgate.net/publication/351660470_Pandemia_questao_social_e_as_impli_cacoes_a_psicologia_brasileira)>. Acesso em: 12 ago. 2021.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Formas de apresentação do sofrimento psíquico:** alguns tipos clínicos no Brasil contemporâneo. Rev. Mal-Estar e Subj., Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 94-111, mar. 2004. Disponível em

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482004000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 jun. 2021.

DUNKER, Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma:** uma psicopatologia do Brasil entre muros. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUNKER, Christian; JUNIOR, Nelson da Silveira; SAFATLE, Vladimir. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** 1ª ed. São Paulo: Autêntica, 2021.

FLORES, Sharon Rigazzo. **A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história:** da colônia a república. Revista Internacional de Educação Superior, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 401-416, 15 jul. 2017. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.22348/riesup.v3i2.7769>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. **CARTA DO IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL A EDUCAÇÃO MEDICALIZADA: DESVER O MUNDO, PERTURBAR OS SENTIDOS.** 2015. Disponível em:

<<http://anais.medicalizacao.org.br/index.php/educacaomedicalizada/article/view/4>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** Nascimento da prisão. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 4.ed. Macéio: Coletivo Veredas, 2016. p.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil:** da descoberta aos dias atuais. Acta Cir. Bras., São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002. Available from <<https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>>. Acesso em: 21 Abr. 2021.

MILLER, Jacques-Alain. Jacques Lacan: observações sobre seu conceito de passagem ao ato. **Opção Lacaniana (impressa).** Ano 5, n 13, março de 2014. Disponível em:

<[http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero\\_13/Passagem\\_ao\\_ato.pdf](http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_13/Passagem_ao_ato.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2021.

Ministério da saúde - Governo federal do Brasil. Coronavírus Brasil, 2021. Painel Coronavírus. Disponível em:<<https://covid.saude.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

OPAS. Transtornos Mentais. [s.d.] Disponível em: <

<https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

ORSO, Paulino José. **ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.** Roteiro, Joaçaba, v. 45, p. 1-16, dez. 2020.

SAFATLE, Vladimir. **O que é uma normatividade vital?** Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. *Scientiae Studia* [online]. 2011, v. 9, n. 1. pp. 11-27. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-31662011000100002>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SILVA, Priscila Elisabete da. **Um projeto civilizatório e regenerador: análise sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo (1900-1940)**. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Psicologia e Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01072016-104831/pt-br.php>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

WHITAKER, Robert. **Anatomia de uma epidemia:** pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

XAVIER, Alessandra; NUNES, Ana Ignêz Belém Lima; SANTOS, Michelle Steiner dos. **Subjetividade e sofrimento psíquico na formação do Sujeito na Universidade.** *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza - CE, v. III , n. 2, p. 427-451, jun. 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482008000200008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000200008)> Acesso em: 03 jun. 2020.